

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 12

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Congresso vai iniciar trabalhos com missão de votar 56 vetos..... 3

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Motta intensifica articulação às vésperas da eleição..... 4

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Perto de deixar cadeira, Lira sofre derrotas em Alagoas..... 5

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A Reforma Tributária brasileira e a urgência nas nomeações da Sefaz-PE..... 7

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

REFORMA TRIBUTÁRIA: MAIOR EQUIDADE FISCAL E A DESONERAÇÃO DE PRODUTOS
ESSENCIAIS (Artigo)..... 8

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributo é entrave à exportação..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Um novo imposto para as big techs?..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alimento mais barato não depende de ação do governo, dizem analistas..... 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo quer lançar marco legal para atrair data centers..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Depreciação superacelerada terá RS 2,2 bi, diz Alckmin..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Disputa por ministérios poae atrasar reforma..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A 'doutrina Trump' em tempo real (Editorial)..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economistas dizem que mercado deve ajustar sozinho preços da comida..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Lula quer reunião com mercados e atacadistas..... 22

Terça-Feira, 28 de Janeiro de 2025

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Agro volta a acelerar em 2025 (Editorial) 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado vê inflação a 5,5% e juros a 15% ao ano no fim de 2025 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governos regionais ampliam gastos e elevam desafio fiscal 25

Congresso vai iniciar trabalhos com missão de votar 56 vetos

LUCAS NEGRISOLI (Com agências)

Pontos vetados da regulamentação da **reforma tributária** vão estar na pauta

O Congresso Nacional vai iniciar o ano legislativo com a missão de votar 56 vetos presidenciais, além de analisar duas leis orçamentárias - a de 2025, que não foi votada no ano passado, e a de 2026. O total de vetos que aguardam apreciação é maior do que a soma daqueles acumulados em 2024 e 2023 (51).

Nas últimas semanas, vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) provocaram forte repercussão, como aqueles que atingiram a regulamentação da **reforma tributária** e o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Este último tem entre os principais interessados o governo de Minas, que já se articula na tentativa de conseguir votos suficientes para derrubar a decisão presidencial.

Outros vetos mais antigos já travam a pauta do Congresso e, por isso, têm mais urgência para serem votados. É o caso, por exemplo, do que barrou a volta do despacho gratuito de bagagens em voos. A decisão foi tomada ainda em 2022, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), sendo, hoje, o veto mais antigo a ser analisado.

Na fila dos vetos que aguardam apreciação também estão os que barraram a proibição de bloqueio de gastos provenientes de emendas parlamentares impositivas. Hoje, o contingenciamento é permitido para cumprir as regras de responsabilidade fiscal. Mas dois projetos parcialmente vetados pelo presidente Lula, incluindo o da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, têm trechos que visam flexibilizar a norma.

PROPAG. A proximidade da retomada das atividades no Congresso leva o governo de Minas a iniciar as articulações para tentar derrubar os vetos no texto do Propag, o programa de renegociação da dívida dos Estados com a União. Ontem, o vice-governador, Mateus Simões (Novo), se encontrou com o deputado federal mineiro Zé Vítor (PL) para tratar do assunto.

Na conversa, Simões reforçou que a prioridade do governo de Minas será trabalhar pela derrubada de dois vetos específicos: o Executivo mineiro pleiteia a manutenção de empréstimos garantidos pela União e

a possibilidade de utilização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) para abater a dívida, ambos deixados de fora do texto sancionado por Lula no último dia 14.

Apesar de o encontro ter sido um movimento para orientar a votação do parlamentar, o governo de Minas ainda não estaria fazendo uma articulação ampla com demais deputados federais. A movimentação nos bastidores deve começar nas próximas semanas, segundo apurado por O TEMPO.

O veto à dívida garantida pela União, somado à necessidade de readequar as despesas com pessoal ao teto de 49% da receita corrente líquida do Estado, é o que leva o governo Zema a empurrar a adesão ao Propag para o fim de 2025. O argumento de interlocutores do Palácio Tiradentes é que os 11 meses dariam fôlego para que Minas Gerais reduza a relação entre os gastos com **servidores públicos** e a receita corrente líquida.

Já a utilização de recursos do FNDR para abater a dívida era tratada como uma opção de "encontro de contas" entre os Estados e a União. Criado pela **reforma tributária** para evitar a guerra fiscal estadual, o fundo vai receber, a partir de 2029, aportes anuais da União. Para o governo Zema, o veto torna difícil alcançar o pagamento do mínimo de 20% da dívida e, conseqüentemente, a redução em 1 ponto percentual da taxa de juros da fórmula de correção, que hoje é de 4%.

Entenda

Definição. O veto é a discordância do presidente em relação a um projeto de lei aprovado pelo Congresso, por entender ser contrário à Constituição ou ao interesse público. Mas parlamentares podem derrubar o veto e transformar o trecho barrado em lei.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Motta intensifica articulação às vésperas da eleição

Amplo favorito à presidência da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem intensificado os encontros com parlamentares de diferentes vertentes políticas nesses dias que antecedem as eleições para a Mesa Diretora da Casa, marcada para sábado. Ontem, Motta reuniu para um jantar em São Paulo o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), cinco caciques partidários e dezenas de deputados paulistas em uma pizzaria do bairro de Higienópolis. Hoje, ele estará no Rio com o governador Cláudio Castro e a bancada fluminense.

O ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França (PSB), cotado para a disputa do governo do estado ou do Senado em 2026, também esteve ontem no evento paulista, assim como o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), um dos fiados

res da candidatura do correligionário. Deputados do PT, partido fechado com Motta, foram prestigiados.

Apresentado pelo cerimonial como futuro presidente, Motta, ao lado de Arthur Lira (PP-AL), atual chefe da Casa, ouviu pedidos para rever termos da **Reforma Tributária** e vetos ao Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Pro-pag). Lira destacou que esta foi uma das campanhas "mais difíceis" para a Câmara pela "complexidade dos irmãos, dos parceiros, que disputavam de modo justo e legítimo". A referência era a Antônio Brito (PSD-BA) e Elmar Nascimento (União Brasil-BA).

Lira ainda fez um elogio ao Centrão, dizendo que por vezes atua pelo "equilíbrio em momentos de grande tensão" e afirmou que, apesar da pouca idade, Motta era o candidato certo:

-Não está aqui por trabalho meu, mas da junção do trabalho de todos.

Além do presidente do Republicanos, Marcos Pereira, que abriu os discursos, estavam por lá os dirigentes

partidários Valdemar Costa Neto (PL), Gilberto Kassab (PSD), Ciro Nogueira (PP), Antônio de Rueda (União Brasil), Baleia Rossi (MDB), Renata Abreu (Podemos) e Paulinho da Força (Solidariedade).

- O Hugo tem DNA do nosso MDB, depois por circunstâncias regionais o Marcos Pereira fisgou. Um cara que todos admiramos, sempre buscando consenso e diálogo - disse Baleia

Rossi, lembrando que Motta iniciou sua carreira política como emedebista.

A expectativa é de que hoje Motta ainda se reúna com a bancada de deputados do Rio, também em um jantar. O encontro contará com a presença do governador Cláudio Castro (PL). De acordo com parlamentares, serão abordados temas de interesse do estado e que necessitam de apoio da Câmara, como a derrubada de vetos do presidente Lula ao Propag e a manutenção do número de cadeiras de deputados na bancada fluminense.

A possibilidade de mudança ocorre por ação na Justiça movida pelo estado do Pará, que em 2017 pediu a atualização da representação na Casa, de acordo com o novo Censo populacional. No ano passado, o STF determinou que o Congresso defina o novo desenho do plenário até 30 de junho deste ano.

Duas soluções são debatidas: ou são mantidas as 513 cadeiras e sete estados perderiam vagas, ou a criação de mais 18 vagas, o que levaria o total de deputados federais a 531. A bancada do Rio é uma das que mais pressiona para que a nova configuração não retire cadeiras já existentes. O Rio seria o estado com maior impacto na nova conta, já que perderia quatro vagas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Perto de deixar cadeira, Lira sofre derrotas em Alagoas

Na reta final de seus mandatos na cúpula do Congresso e sem sinalização clara do governo sobre como se dará uma **reforma ministerial**, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já reorientaram a atuação política para focar nas bases eleitorais.

O presidente da Câmara ficou recluso depois da morte do pai, o ex-senador Benedito de Lira, e tem ficado ausente de Brasília. Apesar disso, ainda permanece focado nas articulações políticas e passou a viajar para cidades do interior de Alagoas para conversar com prefeitos e deputados estaduais aliados.

O movimento já faz parte da tentativa de se viabilizar como candidato a senador em 2026. O cenário neste começo de ano não tem sido fácil para Lira. Um dos principais sinais de dificuldades que o parlamentar deve enfrentar em sua base é o recente movimento de desfiliações de três prefeitos eleitos pelo PP em 2024, que resolveram ir pa-raoMDB.

Além da rivalidade com o grupo do senador Renan Calheiros (MDB-AL), Lira tem como empecilho para seu futuro político discordâncias envolvendo o prefeito de Maceió, JHC (PL), que é seu aliado.

O presidente da Câmara não conseguiu indicar o secretário municipal de Infra-estrutura. Além disso, uma possível saída de JHC para o PSD pode bagunçar a intenção de Lira ter uma chapa forte para concorrer ao Senado. A aliados, no entanto, o chefe da Casa legislativa nega qualquer desavença com o prefeito.

O cenário é dificultado pela crescente pressão na Câmara para que Lira seja contemplado na **reforma ministerial** e que substitua Carlos Fávaro no comando da pasta da Agricultura. O movimento conta até com apoio de setores do PT, que temem que deixar Lira solto no Congresso possa fazer com que ele lidere um grupo de deputados insatisfeitos.

TEMPO DE ESPERA

Há também um reconhecimento no próprio partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que há deficiências no relacionamento com o Congresso e, por isso, a ida de Lira para o governo ajudaria na articulação política do Executivo.

- É preferível aguardar, para fazer (as trocas na Esplanada) com as Mesas (do Congresso definidas) - disse o deputado Cláudio Cajado (PP-PI), vice-presidente do partido de Lira.

A ida de Lira para o governo tem dividido o partido. O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), ex-ministro da Casa Civil de Jair Bolsonaro, já mostrou contrariedade com a possibilidade do aliado assumir um cargo no governo Lula.

Apesar disso, parte da bancada da sigla na Câmara vê com bons olhos a possibilidade de o presidente da Casa virar ministro. O entendimento dessa ala do PP que deseja ter Lira no governo é que ele se tornou um

político relevante demais para ser ficar na planície do Congresso.

Na última semana, o ministro da Relações Institucionais, Alexandre Pa-dilha, se reuniu com Hugo Motta (Republicanos-PB), provável sucessor de Lira no comando da Câmara, e com o deputado Ricardo Barros (PP-PR). Segundo relatos, a conversa foi sobre a possibilidade de trocas em uma **reforma ministerial**, mas sem nada concreto definido. Um dos participantes do encontro disse que não há nada para anunciar ainda, mas que "as costuras estão em andamento".

Do lado de Pacheco, o cenário de indefinição é similar, mas, diferentemente de Lira, o presidente do Senado tem procurado fazer acenos cada vez mais explícitos ao governo, principalmente sinalizando uma parceria envolvendo Minas Gerais e se mostrando do lado oposto à oposição a Lula no estado.

Pacheco elogiou a sanção, ainda que com vetos parciais, da lei que trata da negociação de dívidas dos estados. Isso aconteceu no momento em que governadores de oposição criticaram Lula por isso. Da mesma forma, o senador fez questão de se mostrar como uma antítese do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), que trocou críticas com Lula pelo fato de se ausentar de um evento de lançamento de uma obra para Minas. Pacheco estava doente e também não participou do evento de inauguração, mas divulgou uma nota em que agradeceu ao governo federal pela obra.

Uma semana antes, o senador também elogiou Lula pela sanção da regulamentação da **Reforma Tributária** e em meio à crise da portaria que regulamentava a fiscalização de transações financeiras, criticou aqueles que disseminavam fake news contra o governo.

Integrantes do governo dizem que Pacheco tem buscado cada vez mais agir afinado com o Planalto e que virou um aliado importante de Lula. Também é citado o papel dele como possível candidato a governador de Minas, abrindo palanque para o petista em 2026 em um estado importante. Embora tenha evitado tratar do assunto, a ideia é que o senador do PSD seja o candidato contra um nome apoiado por Zema. Em um futuro mais imediato, há a possibilidade de ser contemplado com uma pasta na **reforma ministerial** - o partido hoje está à frente de três ministérios.

- Ninguém vai fazer isso por telefone. É uma decisão dos parlamentares - afirma o líder do PSD no Senado, Ornar Aziz (AM), sobre o debate em torno dos espaços do partido no primeiro escalão.

FOCO NO SENADO

Em paralelo a isso, Pacheco tem trabalhado para fortalecer o PSD no Senado. O partido tem maior número de senadores, mas mesmo assim resolveu apoiar Davi Alco-lumbre (União-AP) para a presidência da Casa. Em troca, Pacheco e Alcolumbre tentam construir um acordo para que o PSD tenha o maior protagonismo possível nos outros espaços da Casa.

A expectativa é que a legenda ganhe o comando das comissões de Constituição e Justiça, com Otto Alencar (PSD-BA) e de Relações Exteriores, além de espaço na Mesa Diretora.

Procurados, Lira e Pacheco afirmaram via assessoria que seguem com as atividades do mandato e não fizeram comentários sobre o futuro político.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A Reforma Tributária brasileira e a urgência nas nomeações da Sefaz-PE

Francelino Valença Auditor Fiscal do Tesouro Estadual de Pernambuco, presidente da Fenafisco e do Sindifisco Pernambuco e doutorando em Direito

A **Reforma Tributária** no Brasil traz mudanças estruturais significativas, como a simplificação de **tributos** e a redistribuição de competências fiscais entre União, estados e municípios. Para que essas mudanças sejam bem-sucedidas, é essencial contar com quadros técnicos qualificados, especialmente com os auditores fiscais, que desempenham papel crucial na fiscalização, arrecadação e execução das normas tributárias. Esses **servidores públicos** garantem eficiência tributária, equilíbrio fiscal e gestão de atividades financeiras, incluindo análise de receitas, despesas e projeções orçamentárias.

Para garantir a manutenção dos serviços públicos e promover os investimentos necessários, em um período importante com a implementação da **Reforma Tributária**, diversos estados devem realizar concursos para a otimização dos seus quadros fiscais. Se confirmados, poderão ser mais de 1.300 auditores ingressando no serviço público, demonstrando a preocupação dos entes federados em se preparar para os desafios **impostos** pela **Reforma Tributária**.

Estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Ceará, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás e a **Receita Federal** realizaram mais de 2.200 nomeações nos últimos anos. Esse esforço reforça o compromisso de renovar e preparar as administrações tributárias, alinhando-se às demandas contemporâneas e futuras.

Em Pernambuco, a Secretaria da Fazenda enfrenta uma situação crítica. Dos 634 auditores fiscais ativos, 282 estão em abono de permanência, aptos a se aposentar a qualquer momento. Isso equivale a quase 50% do efetivo, criando um risco iminente de lacuna nas atividades essenciais.

Após quase 20 anos, foram nomeados apenas 70 auditores. No concurso de 2014, foram convocados 50 novos auditores, enquanto no certame de 2022, por enquanto, foram chamados apenas 20. O restante do quadro é composto majoritariamente por servidores de concursos realizados em 1992 ou antes, representando quase 90% dos profissionais ativos. Esse cenário reduz a eficiência operacional e dificulta a transição de conhecimento, essencial para manter a

excelência nas atividades da Sefaz-PE.

Diante desse panorama, precisamos agir com urgência para aprimorar o quadro da Sefaz-PE. Nomear novos auditores fiscais é indispensável para garantir a continuidade das atividades de fiscalização, arrecadação, gestão financeira, bem como o combate à concorrência desleal, à sonegação e a defesa do bom contribuinte. A reposição de pessoal evitará a sobrecarga nos servidores ativos, melhorará a arrecadação e permitirá maior justiça fiscal.

A transição de conhecimento entre profissionais experientes e novos é crucial para preservar a qualidade do serviço público. A falta de nomeações poderá impactar a sustentabilidade financeira do estado e o cumprimento de suas obrigações constitucionais. Seguindo o exemplo de outros estados, é importante que Pernambuco continue investindo na modernização da estrutura fiscal e na valorização de seu quadro técnico para enfrentar os desafios futuros com eficiência e responsabilidade.

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2025/01/a-reforma-tributaria-brasileira-e-a-urgencia-nas-nomeacoes-da-sefaz-pe.html>

REFORMA TRIBUTÁRIA: MAIOR EQUIDADE FISCAL E A DESONERAÇÃO DE PRODUTOS ESSENCIAIS (Artigo)

Mayara Mariano*

Recentemente, foi sancionada a Lei Complementar (LC) 214/25, que estabelece novas diretrizes para as alíquotas e isenções relacionadas ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), conforme proposto na **Reforma Tributária** brasileira. Essas medidas foram implementadas como objetivo de desonerar produtos essenciais e reduzir desigualdades, promovendo um sistema tributário mais justo.

A **Reforma Tributária** representa um grande esforço para simplificar o complexo e ineficiente sistema tributário brasileiro, buscando maior eficiência e justiça fiscal. Entre as principais alterações introduzidas pela reforma vale destacar os benefícios concedidos, especialmente em relação às alíquotas do IBS e CBS aplicáveis a itens essenciais, produtos in natura e aos chamados "nano empreendedores".

De acordo com a LC 214/25, haverá devolução total (100%) do IBS e CBS em relação aos serviços essenciais, como fornecimento de gás de cozinha em botijões de 13 kg ou por rede canalizada, contas de energia elétrica, água e telecomunicações. Nos demais casos, a devolução será de 20%, exceto para produtos sujeitos ao Imposto Seletivo. Além disso, os entes federativos poderão adotar percentuais maiores, considerando a renda familiar, em prol da justiça fiscal.

A nova legislação também eleva a tributação de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas, cigarros e determinados pesticidas.

Os bens da cesta básica, como arroz, feijão, leite e carnes, passarão a ter alíquota zero para o IBS e CBS. A lista foi ampliada para incluir itens como fórmulas infantis, pão francês, grãos de aveia e milho, farinhas, queijos diversos e mate. Essas medidas visam garantir acesso a uma alimentação de qualidade, beneficiando especialmente a população mais vulnerável.

Produtos agropecuários, pescados e extrativistas não

processados terão redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS. Para produtos que passam por simples processos de beneficiamento, como resfriamento e congelamento, a redução será mantida, beneficiando as cadeias agrícolas e pesqueiras.

Setores como educação (do ensino infantil ao médio), itens de higiene pessoal e serviços de saúde também terão alíquotas reduzidas em 60%.

Ovos, frutas frescas e frutas congeladas sem adição de açúcar ou adoçantes serão totalmente isentos de IBS e CBS. Hortaliças, como alcachofras e aspargos, terão redução de 60%, enquanto itens como mel, óleos vegetais e sucos naturais serão parcialmente desonerados. Insumos agropecuários, vacinas veterinárias e fertilizantes registrados no Ministério da Agricultura também contarão com benefícios fiscais semelhantes.

A reforma cria a categoria de "nanoempreendedor", isentando do pagamento de IBS e CBS aqueles com faturamento anual de até R\$ 40.500. Essa medida busca fomentar a formalização e o crescimento de pequenos negócios, promovendo maior inclusão econômica.

Além disso, para profissionais liberais, a lei prevê uma redução de 30% na alíquota do IVA para 18 profissões, incluindo engenheiros, médicos, advogados e veterinários.

A alíquota padrão do IVA foi fixada em 26,5%, com possibilidade de readequações futuras caso o governo identifique necessidade.

Na área da saúde, medicamentos registrados na Anvisa terão descontos de 60%, e alguns insumos também serão contemplados. Empresas poderão utilizar os custos com planos de saúde dos funcionários como crédito tributário.

A **reforma tributária** promete simplificação e maior equidade fiscal ao priorizar bens essenciais e setores

estratégicos. No entanto, sua implementação dependerá de fiscalização rigorosa e monitoramento contínuo dos impactos econômicos e sociais.

*Mayara Mariano é advogada especialista em Direito Tributário e Empresarial e sócia do escritório Mariano Santana Sociedade de Advogados

Site:

<https://digital. hojeemdia.com.br/produto/hed/pagina/1>

Tributo é entrave à exportação

A indústria da mineração continua sendo encarada como gerador infinito de dinheiro para compensar formas discutíveis de gestão do dinheiro público. A pressão por arrecadação não encontra semelhança nos esforços para cortar gastos na máquina estatal ou otimizar a administração, tanto no que se refere aos variados orçamentos quanto às políticas públicas, em que pesem os esforços do ministro Fernando Haddad .

O comportamento arrecadatário se revela novamente no veto ao dispositivo que desonera as exportações do Imposto Seletivo (IS) no âmbito da **reforma tributária**. Restabelecer a desafortunada medida de cravar uma alíquota de IS sobre as exportações de minério de ferro é um erro estratégico, político, econômico e constitucional. O Brasil exporta 325 milhões de toneladas por ano, o que exige esforço e investimentos das empresas. Nem sempre a cotação internacional é favorável, e os principais concorrentes, caso das mineradoras da Austrália, não passam por esse ataque fiscal. A carga tributária no Brasil sobre o minério de ferro é uma das maiores.

A decisão do Executivo ainda gerará efeitos adversos, em termos de captação de investimentos, de novos projetos, na geração de empregos. Uma vez que o Imposto Seletivo se destina a desestimular o consumo de produtos finais, o minério não segue essa denominação. É insumo, um bem de utilidade pública. Isso o afasta da justificativa de incidência do IS. Sua produção deve ser estimulada, e não desincentivada como está posto. Mas, no Brasil, a compreensão é divergente, já que poderá ser a única nação a tributar o minério com o IS.

A **reforma tributária** passou por profundo e longo debate na Câmara e no Senado. Ambas as Casas se mostraram abertas às argumentações da indústria da mineração, em especial, segundo a qual a nova tributação se refletirá até na capacidade de produzir mais minerais críticos para a transição energética - usados em novas tecnologias de placas solares, baterias e demais itens para energia limpa. Esse debate tem ocorrido desde 2023.

Mais uma vez, o Congresso Nacional assumirá o protagonismo, com oportunidade para reconstruir o respeito à Constituição e evitar a judicialização dessa questão. A expectativa é que um acordo entre as lideranças no Parlamento resulte na derrubada do veto e recomponha a isenção do Imposto Seletivo às exportações de minérios. Do contrário, o recado está óbvio: o Brasil apoia a exportação de **tributos**,

violando princípios básicos do Direito Tributário, e seguirá mudando as regras do jogo à conveniência de sua necessidade arrecadatória.

A mineração defende a **reforma tributária**, reconhece e sempre apoiou o esforço do Executivo e do Congresso na mudança do sistema de **impostos**. No entanto se posiciona contra qualquer medida que implique mero aumento de carga tributária em detrimento da competitividade do produto nacional e da saúde das empresas que atuam no Brasil. Não há hipótese de pensarmos ou agirmos diferente.

*Raul Jungmann é diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2025/01/tributo-e-entreve-a-exportacao.ghtml>

Um novo imposto para as big techs?

Correio Braziliense

LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND - Advogado, mestre em direito, LL.M. pela Steinbeis University Berlin, diretor jurídico da Fiesp, membro do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP e presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem da Federação das Indústrias do Espírito Santo

Vivemos na borda da quarta revolução industrial, na era do conhecimento. Tanto na Europa quanto no Brasil, a denominada sociedade participativa na era da informação se baseia na tecnologia, formando uma grande rede hiperconectada.

Essa sociedade é marcada pela expansão tecnológica e, conseqüentemente, pelo grande volume de dados, tendo como pano de fundo a informação como um ativo de agregação de valor, geradora de riqueza e bem-estar, que lhe garante o desenvolvimento social e econômico, resultante da popularização da internet, da mídia social e de uma revolução tecnológica trazida por ela.

A digitalização da economia, a partir do fenômeno big data, impõem aos governos, o desafio de criar regras para uma economia digital, que exige a implementação de novos instrumentos para atuação fiscal.

O direito tributário possui ainda o desafio de implementar regras que possibilitem a transformação dos ativos, hoje considerados intangíveis, em possibilidades de exigências tributárias, pois, no caso brasileiro, a legislação não regulamenta a transmissão de dados pessoais a título oneroso entre empresas, o que dificulta mais ainda a fiscalização.

A tributação do novo mercado digital tem se tornado preocupação crescente entre os países, pois a atual abordagem tributária internacional permite que as plataformas de tecnologia se beneficiem de uma posição confortável, devido à ausência de regulamentação sobre a tributação relacionada ao tratamento dos dados pessoais dos cidadãos, esses coletados em seus respectivos países, por meio das mídias digitais, que, ao serem vendidos ou utilizados pelas próprias plataformas, transformam-se em inúmeros negócios altamente lucrativos, sem que haja a devida incidência fiscal.

O sistema tributário foi pensado e idealizado para uma sociedade e uma economia menos complexas do que

a atual, o que obriga aos países inovarem com um imposto para alcançar as grandes plataformas digitais.

Nesse sentido, com o objetivo de combater a erosão da base tributária na economia digital, a União Europeia tem empenhado-se, nos últimos anos, para encontrar soluções globais, liderando as negociações sobre a tributação internacional dos serviços digitais por meio da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em outubro de 2023, foi publicado o acordo elaborado por mais de 130 países sobre a tributação das grandes empresas de tecnologia. No entanto, ainda não há um consenso sobre como será implementado o chamado Pilar 1 , proposto pelo projeto para realocar os lucros anuais aos países, onde a transação foi efetivamente realizada.

Já no Pilar 2 , que propõe o comprometimento dos Estados-membros em implementar uma tributação mínima, houve avanços, apesar das dúvidas em relação a questões que envolvem dupla tributação, mecanismos de restituição de **impostos** e ferramentas fiscais adequadas. Esse progresso, no entanto, tem encontrado grande resistência por parte do governo Trump, conforme evidenciado em seu discurso de posse, no qual afirmou que não se comprometeria com a OCDE no Acordo Tributário Global , firmado pelo ex-presidente Biden.

Diante da dificuldade de consenso, em 2020, a Itália começou a exigir o Digital Service Tax , com uma alíquota de 3%, que incide sobre qualquer empresa digital estrangeira que gere receitas com serviços digitais naquele país, de sorte que, trata-se de uma nova espécie de tributo. Caso a Europa assine o tratado proposto pela OCDE, o Digital Service Tax , implementado por países como França e Itália, deverá ser ajustado às novas diretivas.

No Brasil, em dezembro de 2024, foi editada a Lei nº 15.079/2024, que criou o adicional da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) para se adaptar às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária, com alíquota de 15% sobre o lucro das multinacionais, uma vez que a **reforma tributária** não tratou dessa questão.

No cenário internacional, é necessário um acordo entre os países e a conseqüente transparência fiscal para a fiscalização adequada das gigantes da tecnologia, evitando, assim, a bitributação dos seus

lucros em vários países. A Alphabet, proprietária do Google, e a Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, informam, anualmente, faturamentos de bilhões de dólares. No entanto, essas mesmas empresas não efetuam qualquer tipo de cobrança para a utilização das suas plataformas digitais, pois os usuários e seus metadados são seus ativos.

LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND - Advogado, mestre em direito, LL.M. pela Steinbeis University Berlin, diretor jurídico da Fiesp, membro do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP e presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem da Federação das Indústrias do Espírito Santo

Vivemos na borda da quarta revolução industrial, na era do conhecimento. Tanto na Europa quanto no Brasil, a denominada sociedade participativa na era da informação se baseia na tecnologia, formando uma grande rede hiperconectada.

Essa sociedade é marcada pela expansão tecnológica e, conseqüentemente, pelo grande volume de dados, tendo como pano de fundo a informação como um ativo de agregação de valor, geradora de riqueza e bem-estar, que lhe garante o desenvolvimento social e econômico, resultante da popularização da internet, da mídia social e de uma revolução tecnológica trazida por ela.

A digitalização da economia, a partir do fenômeno big data, impõem aos governos, o desafio de criar regras para uma economia digital, que exige a implementação de novos instrumentos para atuação fiscal.

O direito tributário possui ainda o desafio de implementar regras que possibilitem a transformação dos ativos, hoje considerados intangíveis, em possibilidades de exigências tributárias, pois, no caso brasileiro, a legislação não regulamenta a transmissão de dados pessoais a título oneroso entre empresas, o que dificulta mais ainda a fiscalização.

A tributação do novo mercado digital tem se tornado preocupação crescente entre os países, pois a atual abordagem tributária internacional permite que as plataformas de tecnologia se beneficiem de uma posição confortável, devido à ausência de regulamentação sobre a tributação relacionada ao tratamento dos dados pessoais dos cidadãos, esses coletados em seus respectivos países, por meio das mídias digitais, que, ao serem vendidos ou utilizados pelas próprias plataformas, transformam-se em inúmeros negócios altamente lucrativos, sem que haja a devida incidência fiscal.

O sistema tributário foi pensado e idealizado para uma

sociedade e uma economia menos complexas do que a atual, o que obriga aos países inovarem com um imposto para alcançar as grandes plataformas digitais.

Nesse sentido, com o objetivo de combater a erosão da base tributária na economia digital, a União Europeia tem empenhado-se, nos últimos anos, para encontrar soluções globais, liderando as negociações sobre a tributação internacional dos serviços digitais por meio da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em outubro de 2023, foi publicado o acordo elaborado por mais de 130 países sobre a tributação das grandes empresas de tecnologia. No entanto, ainda não há um consenso sobre como será implementado o chamado Pilar 1 , proposto pelo projeto para realocar os lucros anuais aos países, onde a transação foi efetivamente realizada.

Já no Pilar 2 , que propõe o comprometimento dos Estados-membros em implementar uma tributação mínima, houve avanços, apesar das dúvidas em relação a questões que envolvem dupla tributação, mecanismos de restituição de **impostos** e ferramentas fiscais adequadas. Esse progresso, no entanto, tem encontrado grande resistência por parte do governo Trump, conforme evidenciado em seu discurso de posse, no qual afirmou que não se comprometeria com a OCDE no Acordo Tributário Global , firmado pelo ex-presidente Biden.

Diante da dificuldade de consenso, em 2020, a Itália começou a exigir o Digital Service Tax , com uma alíquota de 3%, que incide sobre qualquer empresa digital estrangeira que gere receitas com serviços digitais naquele país, de sorte que, trata-se de uma nova espécie de tributo. Caso a Europa assine o tratado proposto pela OCDE, o Digital Service Tax , implementado por países como França e Itália, deverá ser ajustado às novas diretivas.

No Brasil, em dezembro de 2024, foi editada a Lei nº 15.079/2024, que criou o adicional da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) para se adaptar às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária, com alíquota de 15% sobre o lucro das multinacionais, uma vez que a **reforma tributária** não tratou dessa questão.

No cenário internacional, é necessário um acordo entre os países e a conseqüente transparência fiscal para a fiscalização adequada das gigantes da tecnologia, evitando, assim, a bitributação dos seus lucros em vários países. A Alphabet, proprietária do Google, e a Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, informam, anualmente, faturamentos de bilhões de dólares. No entanto, essas mesmas

empresas não efetuam qualquer tipo de cobrança para a utilização das suas plataformas digitais, pois os usuários e seus metadados são seus ativos.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Um novo imposto para as big techs?

Site:

<https://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2025/01/7045362-um-novo-imposto-para-as-big-techs.html>

Alimento mais barato não depende de ação do governo, dizem analistas

MARIANA CARNEIRO E IVO RIBEIRO

Economistas preveem que a inflação dos alimentos deverá moderar em 2025, e o governo Lula, ainda que tenha se mobilizado para o problema, tem pouco a ver com isso. A expectativa é de que dois elementos tenham influência direta sobre os preços nos supermercados: a safra recorde de grãos, cuja colheita começa neste trimestre, e a queda recente da moeda americana. Os dois fatores deverão fazer com que a inflação dos alimentos saia da casa dos 8%, em 2024, para algo em torno de 6% neste ano.

O número ainda é elevado e reflete uma herança inflacionária do ano passado, assim como o de uma demanda por consumo aquecida. Ao longo do ano, a expectativa é a de que o crescimento da economia perca fôlego com o aumento da taxa de juros (Selic), reduzindo a demanda e, com ela, a pressão sobre a inflação.

Para 2026, ano de eleição presidencial, economistas afirmam que é preciso obter mais informações sobre o ajuste fiscal prometido pelo governo Lula. O adiamento no acerto das contas e a perda de confiança no novo arcabouço fiscal, aprovado em 2023, fizeram o dólar disparar 27% no Brasil em 2024. Isso teve impacto nos insumos agrícolas, matérias-primas e alimentos com preços determinados por cotações no mercado externo, como soja, milho e carnes.

Neste ano, há uma trégua provocada por um início do governo Donald Trump menos beligerante contra a China, o que vem provocando uma desvalorização global do dólar.

Neste mês, a moeda americana caiu mais de 4% frente ao real.

Para o dólar ajudar a baixar os preços dos alimentos no Brasil, dizem analistas, será preciso que o governo Lula mostre avanços na política fiscal, o que tem sido um fator doméstico de alta da moeda americana.

Na sexta-feira, o chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o governo vai avaliar a redução de tarifas de importação de alguns alimentos, a exemplo do milho, para frear as remarcações de preços no País. No dia anterior, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que sua equipe vai trabalhar para

reduzir os custos do vale-alimentação e do tíquete refeição, e descartou subsídios ou redução de impostos.

IDEIAS ENGAVETADAS. O aumento dos preços nos supermercados não é um fenômeno recente, tanto que o próprio presidente se reuniu com representantes do setor de alimentos e de varejo para debater medidas que poderiam ser adotadas. Dessa reunião, realizada em novembro, surgiram ideias como a mudança na data de vencimento dos produtos e a autorização para supermercados venderem remédios sem receita, o que não foi encampado pelo governo.

Câmbio

Alta da moeda americana tem impacto em insumos agrícolas, matérias-primas e nos alimentos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo quer lançar marco legal para atrair data centers

BERNARDO LIMA

A fim de atrair investimentos e empreendimentos de data centers no Brasil, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende lançar um marco legal. No fim do ano passado, Lula determinou que os ministérios de Minas e Energia, Fazenda e Indústria e Comércio intensificassem as discussões sobre a medida, visando lançá-la ainda neste primeiro trimestre.

O governo quer celeridade na entrega desse marco legal porque avalia haver uma corrida mundial para atrair investimentos na área de inteligência artificial (IA). O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, foi escalado por Lula para apresentar o potencial do Brasil no setor mundo afora e captar investimentos estrangeiros em eventos internacionais.

Além disso, o crescimento do setor de data centers no Brasil é visto pelo governo como uma forma de bancar a transição energética no país, que, naturalmente, terá um custo elevado.

A medida começou a ser discutida em 2024, mas acabou ficando de lado devido a uma agenda parlamentar travada pelas eleições e ao debate sobre cortes de gastos. Este ano, em que o Congresso estará menos congestionado, é visto como mais promissor para avançar em uma política pública sobre o tema.

O Ministério de Minas e Energia (MME) tem recebido diversas consultas sobre investimento em data centers no Brasil. São empresas brasileiras e estrangeiras que prestam serviços de infraestrutura de dados para Amazon, Google e Microsoft.

O presidente da Associação Brasileira de Data Centers (ABDC), Renan Lima, diz que a janela de oportunidade para que o Brasil se torne um centro mundial para o setor é agora:

-Se agente não aproveitar essa oportunidade, se em três anos a gente realmente não fizer essa diferença, não adianta correr atrás depois, porque as grandes empresas estão demandando data centers e podem construí-los no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo.

ENERGIA RENOVÁVEL

Atualmente, há no Brasil mais de 130 data centers, segundo estudo da Thymos Energia, consultoria de negócios especializada no setor de energia. A maioria, cerca de 50, está localizada no eixo Rio-São Paulo.

Dados do MME projetam uma expansão no setor e mostram que, até o momento, há pedidos de conexão à rede básica de 9 gigawatts (GW) de carga de data centers nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.

O estudo da Thymos também prevê um total de R\$ 60 bilhões em investimentos em infraestrutura de data centers no país até 2030.

Ao seu favor, o Brasil conta com uma ampla infraestrutura de fibra óptica e uma matriz energética renovável, explica Joviano Santos, diretor de Novos Negócios da Thymos Energia:

-Temos fontes renováveis de energia, um aspecto que tem sido buscado intensamente pelas empresas do setor. O Brasil também possui um modelo único, que é a estrutura de autoprodução de energia, segura e estável. Somado a isso, temos uma infraestrutura de fibra óptica bastante interessante, principalmente conectando o Nordeste e a Região Sudeste.

Atualmente, o mercado brasileiro é dividido em três tipos de empresas de data centers. São eles: hyperscales, companhias como Google, Amazon e Microsoft, que operam centros para processar seus próprios dados e oferecer serviços de nuvem e LA; wholesales, empresas que fazem a gestão dos data centers e oferecem a estrutura para grandes clientes; e serviços corporativos, que oferecem nuvem e LA para clientes de diferentes segmentos e portes.

APELO POR MENOS TRIBUTOS

O presidente da Equinix na América Latina, Eduardo Carvalho, destaca que o Brasil responde por cerca de 65% a 70% do faturamento do setor de data centers na América Latina:

-Aqui você não tem terremoto, furacão ou nenhum outro evento natural que gere insegurança. Posso dizer com certeza: o Brasil é um dos países mais

simples para trabalhar na América Latina.

Entre os concorrentes locais, apenas o Chile já instituiu uma política nacional de incentivo ao setor. A Colômbia criou uma zona franca em Bogotá, com redução tributária para empresas do setor. O México, por sua vez, estabeleceu em 2023 incentivos fiscais para empresas que transferissem suas operações para o país.

Entre as principais reivindicações de líderes do setor no Brasil está a diminuição da carga tributária sobre a importação de equipamentos, considerada alta.

-O Brasil não produz unidades de processamento gráfico (GPUs). Então, elas precisam ser importadas pelas empresas estrangeiras. O problema é que, quando o Brasil é comparado a outros países, se os **tributos** estiverem muito acima dos outros, já começamos a perder competitividade -diz Marcos Siqueira, head de Vendas da Ascenty.

Caroline Ranzani, diretora de Relações Institucionais da Elea Data Center, maior empresa do setor com capital 100% brasileiro, considera um marco legal necessário para garantir maior segurança jurídica ao setor:

- O data center é uma atividade de capital intensivo. São investimentos de muito longo prazo. Então, se você não tiver essa certeza e garantia, fica muito difícil atrair capital para cá, mesmo considerando nossa matriz energética limpa. Precisamos de regras mais claras.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Depreciação superacelerada terá R\$ 2,2 bi, diz Alckmin

Estevão Taiar De Brasília

O instrumento de depreciação superacelerada da indústria terá disponíveis R\$ 2,2 bilhões neste ano e R\$ 2,2 bilhões no ano que vem, afirmou nesta segunda-feira (27) o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin.

"Temos boas notícias da depreciação acelerada: R\$ 2,2 bilhões neste ano e R\$ 2,2 bilhões no ano que vem para a troca de máquinas, equipamentos, toda a área de bens de capital", afirmou Alckmin em entrevista coletiva após evento em São Miguel dos Campos (Alagoas).

Lançada no ano passado pelo Mdic, a depreciação superacelerada é um incentivo fiscal que permite a indústrias deduzir em até dois anos, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), investimentos realizados em máquinas e equipamentos. A medida tem impacto apenas no fluxo das contas das empresas e do governo federal, sem alteração no estoque de **impostos** a ser recolhido, já que toda a quantia é em algum momento recuperada pela União.

Conforme publicado pelo Valor em dezembro, o Mdic vinha trabalhando para aumentar o montante de recursos do programa para este ano, inicialmente previsto em R\$ 1,7 bilhão. O aumento dependia, no entanto, de o governo federal encontrar uma forma de compensar em termos fiscais o benefício, a fim de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma possibilidade de

compensação era a implantação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) Verde, que faz parte do Mobilidade Verde e Inovação (Mover) e cujo decreto ainda não foi publicado. A tendência é que o Mdic anuncie a fonte de compensação e demais informações referentes à ampliação do programa em fevereiro.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188102?page=1§ion=1>

Disputa por ministérios pode atrasar reforma

Marcelo Ribeiro De Brasília

Esperada para as próximas semanas, a **reforma ministerial** que pretende atender demandas de partidos do Centrão e oferecer a eles melhores espaços no primeiro escalão do governo corre risco de atrasar em função da disputa pelas mesmas pastas por legendas do bloco. É o caso de Agricultura e Turismo. O acirramento deve exigir do Executivo ajustes que podem afetar outras siglas da base governista, entre elas, o próprio PT.

Aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmam que a construção da reforma será minuciosa e cuidadosa para evitar que mudanças desagradem uma parte da base e, conseqüentemente, causem prejuízos à governabilidade.

É esse processo que pode fazer com que as trocas de cargo leve mais tempo do que o próprio presidente gostaria, diante da busca por melhora, o quanto antes, na relação com o Legislativo, que retoma os trabalhos na próxima semana.

Parte desse quebra-cabeça a ser montado envolve o PP do atual presidente da Câmara, Arthur Lira. A sigla quer emplacar o parlamentar na pasta da Agricultura, mas esbarra no ministro Carlos Fávaro, do PSD, que foi indicado pela bancada do partido no Senado. Os senadores pesse-distas não pretendem apoiar a substituição, o que pode complicar a equação necessária para atender a todos os interessados.

A substituição de Fávaro também é complexa em função da boa relação entre o ministro e Lula, que é grato pela articulação do auxiliar no Mato Grosso durante as eleições de 2022.

Insatisfeita com a Pesca, a bancada do PSD na Câmara reclama da pasta pouco relevante que está sob comando de André de Paula (PSD). Cobiçam o Turismo, que tem Celso Sabino (União) como titular. Ciente da ofensiva, a legenda de Sabino já fez chegar ao Planalto que resistirá e tem um abaixo-assinado pela permanência do correligionário no posto.

Como solução para atender o PSD e não desagradar o União, uma possibilidade é deslocar Sabino ou alguém do União para o comando da pasta de Ciência e Tecnologia, atualmente nas mãos de Luciana Santos, do PCdoB. Ela migraria para o Ministério da Mulheres no lugar de Cida Gonçalves.

O PSD também trabalha com uma outra opção e tenta emplacar Antonio Brito (PSD-BA) no Ministério de Desenvolvimento Social. O deputado desistiu de sua postulação ao comando da Câmara e apoiou Hugo Motta (Republica-nos-PB) depois de ver o governo se posicionar a favor do adversário.

A pasta é comandada por Wellington Dias, um quadro importante do PT e que tem boa relação com Lula. A ofensiva tem poucas chances de êxito, porque os petistas não querem entregar um ministério que "tem a cara e a agenda do PT" a uma sigla aliada.

A Secretaria de Relações Institucionais, comandada por Alexandre Padilha (PT), chegou a ser alvo de investidas de parlamentares do Centrão e do centro desde o ano passado, quando o ministro e Lira romperam publicamente.

Na época, muitos cogitaram que a substituição de Padilha poderia solucionar a relação turbulenta entre Executivo e Legislativo. A mudança, porém, acabou não ocorrendo.

A retomada das negociações por uma **reforma ministerial** reacendeu as movimentações pela saída de Padilha. Um dos nomes apontados para a vaga seria Isnaldo Bulhões (MDB-AL), que tem boa interlocução com Lula, bom trânsito no Congresso e uma relação próxima com Motta.

O ministro, porém, já teria recebido acenos de que será mantido no cargo. Tanto que recebeu a atribuição de coordenar as conversas com partidos para negociar as mudanças no primeiro escalão.

Ainda que todas as legendas estejam sendo ouvidas, a base aliada acredita que o PP, de Lira, e o Republicanos, de Motta, que contam com um ministério cada um, precisam ser priorizados neste momento. Ajustes que atendam PSD, MDB e União são importantes, mas não têm o mesmo peso, já que esses partidos têm representação expressiva na Esplanada.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188102?page=1§ion=1>

A 'doutrina Trump' em tempo real (Editorial)

No domingo, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, anunciou nas redes sociais que se recusaria a receber aviões militares americanos com deportados colombianos até que fossem tratados com "dignidade e respeito". Imediatamente, o presidente americano, Donald Trump, respondeu em seus próprios perfis que os EUA imporiam tarifas de 25% sobre as importações colombianas e as aumentariam em 50% a cada semana, além de impor sanções financeiras e banir vistos a membros do governo daquele país. Petro disse que não apertaria as mãos de "escravizadores brancos" e chegou a ameaçar com suas próprias tarifas, mas, pouco depois, o chanceler colombiano declarou que o impasse estava resolvido e que um avião presidencial seria disponibilizado para garantir condições dignas aos imigrantes.

A Casa Branca suspendeu as tarifas e acrescentou: "Os eventos de hoje tornam claro ao mundo que os EUA são respeitados de novo".

Foi uma oportunidade de ver em tempo real a "doutrina Trump" e suas consequências: medidas econômicas como arma de coerção política; retórica superaquecida; troca de farpas em redes sociais; ameaças desproporcionais; desrespeito a princípios tradicionais da política externa americana e a tratados bilaterais; e, se necessário, alienação de seus aliados.

Os EUA são o principal comprador das exportações da Colômbia. Pelas contas do Kiel Institute, as tarifas de 25% causariam um choque de 0,4% a 0,6% no **PIB** anual do país. Mas a Colômbia, por sua vez, é o principal mercado sul-americano para produtos agrícolas dos EUA.

Mais importante, é o país que tem a parceria estratégica mais longa e profunda com os EUA na América do Sul.

Este episódio em particular talvez esteja encerrado, mas Trump prometeu impor tarifas de 25% sobre o México e o Canadá ainda em fevereiro. "Essas tarifas permanecerão em vigor até que as drogas, em particular o fentanil, e todos os imigrantes ilegais parem a invasão do nosso país", disse em novembro. O que chama a atenção de pronto é que essas ameaças não têm nada a ver com pretextos tradicionais para esse tipo de retaliação, como "dumping", danos econômicos ou riscos à segurança nacional.

Trump ameaça dois vizinhos e aliados com sanções

econômicas se eles não o ajudarem a resolver um problema doméstico dos EUA.

Uma questão é até que ponto essas estratégias são eficazes para atingir seus objetivos políticos. Outra é até que ponto elas impõem custos aos próprios americanos.

Começando pela segunda, dois séculos de experiência mostram que tarifas são basicamente um imposto repassado aos consumidores. Elas protegem algumas indústrias, mas impõem custos de importação à maioria. A curto prazo têm um efeito inflacionário; a longo, inibem a inovação e a produtividade.

Elas podem ser justificadas em casos específicos de segurança nacional ou para retaliar práticas comerciais desleais.

Mas o uso que Trump pretende dar a elas vai muito além disso e, além de seus impactos econômicos, ele passa aos aliados e parceiros comerciais dos EUA a mensagem de que o país não é confiável. Adversários como China e Rússia certamente cortejarão os países agredidos por Trump com promessas de um mercado exportador mais seguro.

A tendência é que a diplomacia truculenta de Trump cause na América Latina o que a agressividade da China causou na Ásia: a alienação de aliados, sua remilitarização e a aproximação de potências rivais.

É um argumento com pouca aderência para Trump e ninguém sabe o que virá nos próximos meses. Por ora, Trump se sente particularmente empoderado e um sentimento de húbri domina o movimento MAGA. Mas é provável que sua mania tarifária seja contida pela própria realidade doméstica. O Congresso conferiu poderes demais aos presidentes americanos, mas os mercados devem oferecer seus próprios freios e contrapesos, e os americanos, mais cedo do que tarde - como é comum em segundos mandatos -, repudiarão rupturas que não se traduzam em uma prosperidade que todos possam compartilhar.

Para aliados e parceiros comerciais, como o Brasil, é hora de manter o sangue-frio, escolher as brigas certas e evitar distrações com os elementos mais performáticos da doutrina Trump. Mas é hora também de se preparar para diversificar suas alianças e parcerias.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economistas dizem que mercado deve ajustar sozinho preços da comida

MARIANA CARNEIRO E IVO RIBEIRO

Medidas como mudança nas tarifas de importações e a redução de custos do vale-refeição, duas iniciativas anunciadas pelo governo na semana passada para baratear o preço dos alimentos, são vistas com ceticismo por economistas consultados pelo Estadão. Para eles, o alívio na **inflação** da comida deve vir mais por efeitos de mercado.

Sergio Vale, economistachefe da MB Associados, observa que o Brasil é um grande exportador de alimentos, a preços competitivos, o que indica que qualquer ação para ampliar a importação de alimentos não será relevante.

"Pode marginalmente ter algum efeito, mas não é algo que mude a tendência nos preços dos alimentos, como uma safra forte ou uma apreciação cambial, com influência em grupos relevantes, como carnes, soja e grãos", afirma.

Fábio Romão, da consultoria LCA, vai na mesma linha e acrescenta que qualquer iniciativa de influenciar o funcionamento dos mercados será mal recebida. "As diversas medidas de intervenção, como controle de preços, pegam muito mal e sabemos que são coisas que não funcionam. Pode mexer com a credibilidade do governo, mexer com o câmbio. O tiro sai pela culatra. Fizeram bem em afastar as possibilidades de uso desses mecanismos", diz.

E se o intuito do governo, com a importação, é baixar a **inflação**, Matheus Dias, do Ibre/FGV, dá uma má notícia.

"Boa parte da cesta que compõe o IPCA (índice oficial de **inflação**) é de alimentos produzidos internamente e exportados, porque são competitivos, como arroz, carnes e café." A promessa de importar alimentos também foi rejeitada por representantes do agronegócio no Congresso. O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Pedro Lupion (PP-PR), disse que foi uma ação "mal pensada, que ignora os problemas macroeconômicos".

"Não existe desabastecimento, não há problemas de safra, não há sobrepreço", afirmou.

"Os preços dos produtos agropecuários brasileiros

seguem os padrões mundiais, anunciar que vai abrir importações é simplesmente jogo de cena demagógico para induzir a população a achar que estão fazendo algo prático para baixar preços." FISCAL. Fábio Silveira, economista e sócio-diretor da Macro-Sector Consultores, avalia que a questão fiscal é chave para uma melhora nos preços no prazo mais longo. "Para 2026, está nítido que boas notícias na área fiscal ajudariam a estabilizar o câmbio na faixa de R\$ 5,80 e R\$ 5,90. Se ficar assim durante meses, levaria à melhor previsibilidade dos preços futuros do mercado doméstico", afirma Silveira. "Para 2026, está nítido que boas notícias na área fiscal ajudariam a estabilizar o câmbio na faixa de R\$ 5,80 e R\$ 5,90. Se ficar assim durante meses, levaria à melhor previsibilidade dos preços futuros do mercado doméstico", afirma Silveira.

Sem especulação

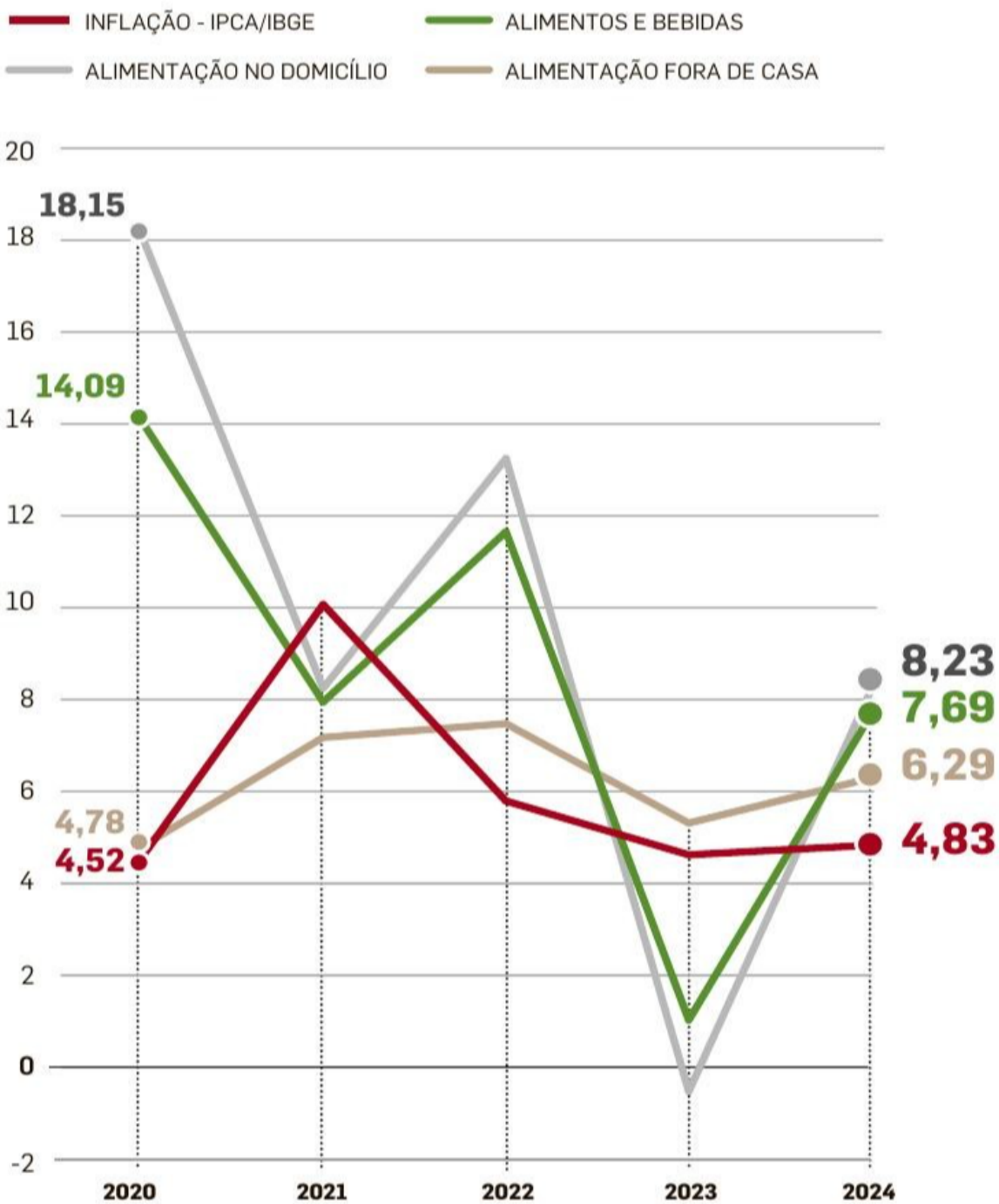
Presidente de Frente do Agronegócio no Congresso diz que não "há sobrepreço" no setor de alimentos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

NA MESA

Alimentos aceleram mais do que inflação

EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Lula quer reunião com mercados e atacadistas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que vai se reunir com atacadistas, donos de supermercados e produtores para "encontrar uma solução" que permita baratear o preço dos alimentos, situação ligada à "alta do dólar" e a "fatores climáticos".

A alta dos preços está relacionada também à "capacidade de compra do povo", afirma o presidente.

"Na hora que há um aumento na demanda, que o povo pode comprar mais, os vendedores aumentam os preços", declarou Lula no domingo, em vídeo publicado pela primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja.

"Vamos fazer muitas reuniões com atacadistas, com donos de supermercado, com produtores, para que a gente encontre uma solução para garantir que a comida chegue mais barata de acordo com o seu poder de compra", continuou, afirmando que serão feitas "quantas reuniões forem necessárias para tomar todas as decisões".

Economistas preveem que a **inflação** dos alimentos deverá diminuir em 2025. Na sexta-feira, 24, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que Lula enfatizou que o governo não tomará nenhuma medida heterodoxa para controlar o preço dos alimentos no País, como "congelamento de preços, tabelamento ou fiscalização nos supermercados e nas feiras".v

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Agro volta a acelerar em 2025 (Editorial)

A safra recorde prevista para este ano tende a fazer o agronegócio ser em 2025, mais uma vez, o esteio da economia, como ocorreu em 2023. Na divulgação, neste mês, de seu terceiro prognóstico para o setor, o IBGE elevou para 322,6 milhões de toneladas a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, alta de mais de 10% em relação a 2024. Melhora providencial diante do início da desaceleração econômica que vem sendo anunciada por indicadores recentes da indústria, comércio e serviços.

Castigado por fatores climáticos em 2024, ano marcado pelos efeitos dos fenômenos El Niño e La Niña, o **PIB** do agro teve recuperação rápida. Recuou por dois trimestres consecutivos, mas no terceiro trimestre avançou 1,26%, de acordo com cálculo recém- divulgado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A queda em relação a 2023 será menor do que a esperada.

A capacidade de reação do agro conduz, mais uma vez, à comparação com outros setores da economia que não apresentam dinamismo semelhante, apesar dos incentivos governamentais. São inúmeros os exemplos de programas de estímulo que não se traduzem em ganhos para a economia e que não passam de benesses, como as sucessivas operações de socorro aos setores automotivo e de aviação, entre outros tantos segmentos industriais.

É evidente que há robustos subsídios à agricultura e à pecuária - o Plano Safra 2024/25 recebeu R\$ 475,56 bilhões em recursos para financiamentos -, mas o Brasil está entre os países que menos subsidiam sua produção, de acordo com monitoramento feito pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com subsídios variando entre 1% e 2% em relação à receita bruta do produtor, está muito distante dos países da União Europeia, dos Estados Unidos e da China, cujos percentuais variam entre 12% e 20%.

As empresas do agronegócio, porém, há muito adotam políticas que as mantêm na vanguarda tecnológica, uma mostra de como incentivos públicos devem ser revertidos em avanço econômico do País. Afinal, o objetivo principal de políticas subsidiadas não é - ou não deveria ser - distribuir recursos para socorrer este ou aquele segmento eventualmente em apuros, mas sim incentivar produção e produtividade, promover o desenvolvimento tecnológico e criar competitividade.

Não fosse o ranço explícito do lulopetismo ao agronegócio, o histórico do setor, que garante o bom desempenho da balança comercial e vem se firmando na liderança da comercialização de commodities no mundo, poderia servir de modelo para a elaboração de políticas públicas em outros segmentos. A agropecuária é a atividade com menor peso no cálculo do **PIB** e, no entanto, seu bom desempenho tem sustentado em grande parte o crescimento econômico. Se o governo Lula da Silva parasse de mirar em resultados imediatos e planejasse políticas de longo prazo com base nessa experiência, o País avançaria em inovação e competitividade.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado vê inflação a 5,5% e juros a 15% ao ano no fim de 2025

PAULO RENATO NEPOMUCENO E ANA CAROLINA DINIZ

não indicar a magnitude dos movimentos para reuniões além da próxima".

Na semana em que o Comitê de Política Monetária (Copom) define a nova taxa de juros do país - a expectativa é de aumento em um ponto percentual, para 13,25% ao ano -, o mercado financeiro prevê o indicador oficial de **inflação** em

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

2025 alcançando os 5,5%.

O número é um ponto percentual acima do teto definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,5%. A previsão para o índice de **inflação** estourando o teto da meta ocorre mesmo diante de uma expectativa de Selic restritiva. Os investidores preveem que a taxa básica alcance 15% ao ano em dezembro.

A expectativa para a **inflação** em 2026 também foi revisada, agora em 4,22% (ante 4,10% na semana passada). Para o **PIB**, os investidores agora estimam o crescimento em 2,06% (ante 2,04%) na semana passada. A expectativa para o câmbio se manteve estável, a R\$ 6, tanto para 2025 quanto para 2026.

Já para o ano que vem, o mercado vê a taxa de juro chegando ao fim de 2026 em 12,5% (ante 12,25% na semana passada), e o **PIB** a 1,72% (a previsão anterior era de crescimento de 1,77%).

SEM DAR PISTAS

Para 2027, o mercado ainda vê o juro em dois dígitos, em mediana de 10,38% ao ano, ante previsão de uma Selic a 10,75%. Há expectativa para o IPCA acima do centro da meta, em 3,9%.

Em relatório divulgado ontem, o Itaú avalia que o Copom pode adotar uma postura mais cautelosa, evitando indicar a magnitude dos movimentos futuros, como mostrou o blog da coluna de Miriam Leitão. Isto porque a política monetária mais restritiva tende a impactar a economia com mais força a partir do segundo trimestre deste ano. O texto lembra que desde a reunião do Copom de dezembro tem havido piora nas projeções da pesquisa Focus:

"Em meio a elevado grau de incerteza, avaliamos que a reação mais provável da autoridade monetária seja

Governos regionais ampliam gastos e elevam desafio fiscal

Anais Fernandes De São Paulo

No duro caminho que tem pela frente para promover a consolidação fiscal, o Brasil enfrenta um desafio adicional: os gastos dos governos regionais, que aumentaram significativamente nos últimos anos, superando o gasto direto da União, e não dão sinais de inflexão. Um dos problemas é que o aumento dos gastos dos entes regionais dificulta a coordenação entre política fiscal e monetária. Ainda que a consolidação, que se faz especialmente necessária em um momento de economia aquecida, exija coordenação entre os níveis de gestão, ela não dispensa o governo federal de medidas de ajuste estrutural.

Essa é a análise de Bráulio Borges, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), e base para a carta deste mês do instituto, ambas apresentadas ao Valor.

"Tanto levando em conta a questão da sustentabilidade da dívida pública (problema que assola o país há quase uma década) como o ciclo econômico, com o hiato [do produto, medida para ociosidade da economia] tendo se tornado expressivamente positivo ao longo de 2024, pela primeira vez desde meados de 2015, o momento é de consolidação fiscal", escreve Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, na carta.

Borges mostra que, em média, de 2021 a 2024, o **PIB** do Brasil cresceu cerca de dois pontos percentuais (p.p.) acima do que se esperava no começo de cada ano. Ao mesmo tempo, no mesmo período, a surpresa com gasto público federal é de cerca de 1,1 p.p. ao ano. Segundo pesquisadores do próprio FGV Ibre, o multiplicador do gasto médio é um pouco superior a 1%, ou seja, cada R\$ 1 a mais de gasto no Brasil gera mais de 1 p.p. de **PIB**. "Essas surpresas de gasto explicam parte das surpresas de crescimento", afirma Borges.

O pesquisador observa, porém, que há diferenças entre o comportamento dos gastos do governo federal e o dos governos regionais (Estados e municípios). Os gastos diretos do governo federal - sem incluir transferências para os entes, como o Fundeb - mudaram de patamar em 2023 com a "PEC da Transição", mas recuaram nos últimos trimestres e,

hoje, estão cerca de R\$ 80 bilhões acima do pré-pandemia, segundo Borges.

"A grande mudança vem dos governos regionais, inclusive, sem sinais de inflexão nos dados até o terceiro trimestre de 2024. A despesa deles, que, antes da pandemia, corria em R\$ 460 bilhões por trimestre, no segundo e no terceiro trimestres do ano passado chegou a R\$ 620 bilhões. A gente imaginava que poderia ter alguma inflexão [no terceiro trimestre de 2024], principalmente pelas limitações da lei para gastos em período eleitoral, mas não", diz Borges.

Historicamente, observa, o nível de gasto dos governos regionais era próximo ao da União, mas, de 2021 em diante, houve um descolamento. Parte relevante dessa expansão dos gastos dos governos regionais vem do aumento das transferências da própria União, diz Borges. O pesquisador nota que Estados e municípios são agentes econômicos do tipo "hand-to-mouth" ("mão para a boca", em tradução literal), isto é, tendem a gastar toda a receita que porventura tiverem.

Outra parcela dessa expansão vem do endividamento. "É importante lembrar que parte desse aumento das operações tem a ver com a melhoria do risco de crédito dos governos regionais, cuja disponibilidade de caixa aumentou muito de 2020 para cá", diz Borges. Ele observa que, hoje, os governos regionais têm cerca de 2,5% do **PIB** de caixa, quase o dobro da média histórica, segundo o pesquisador. "Tudo o mais constante, com risco menor, eles realmente poderiam pegar mais empréstimos. A questão é que, aparentemente, também houve um afrouxamento dos critérios de classificação de riscos." Além disso, com a sanção do programa para renegociação das dívidas, o Propag, neste mês, os Estados terão um espaço adicional fiscal para gastar à frente, observa Borges. "Se boa parte da aceleração de gastos tiver sido investimento, uma vez concluídos, a despesa tende a cair. Mas, se estiverem contratando despesa permanente, se for, por exemplo, despesa com pessoal, podemos estar contratando um problema bastante mais sério para frente, quando, eventualmente, o ciclo econômico já não ajudar tanto as receitas recorrentes desses governos regionais", diz.

Esse descolamento dos gastos dos governos regionais

também tem implicações para a política monetária, segundo Borges. "Por mais que o governo central possa, eventualmente, executar a política fiscal de modo a ter algum tipo de coordenação com a política monetária para reduzir o custo de desacelerar a economia e trazer a **inflação** para a meta, o fato é que não consegue controlar 26 Estados, Distrito Federal e 5.570 municípios. Na prática, é um problemão."

Ainda assim, Borges reforça ser necessário que o governo federal conduza uma política fiscal anticíclica, especialmente no contexto atual de economia operando acima do potencial. Borges estima que o **PIB** total cresceu entre 2% e 4% a cada trimestre de 2021 a 2024, enquanto um **PIB** descontado do gasto primário do governo geral se expandiu num ritmo bem inferior e já estaria se contraindo em 2024.

A consolidação fiscal neste momento teria um duplo objetivo, como aponta a carta do FGV Ibre: aplacar a tensão do mercado em relação às contas públicas e ajudar diretamente o BC, pelo lado da demanda, a resfriar a economia em processo de superaquecimento, com **inflação** corrente acima do teto da meta e forte descolamento das expectativas mais longas.

"No front da sustentabilidade fiscal, um plano crível e robusto de consolidação mitigaria o mau desempenho recente dos ativos brasileiros, que realimenta as incertezas e as dificuldades das autoridades econômicas, como no caso do efeito inflacionário da disparada do dólar, que força o BCa praticar doses extras de aperto monetário", escreve Schymura.

O cenário externo, marcado pela incerteza - especialmente com a nova eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, suas políticas comerciais protecionistas e os reflexos sobre a economia americana e global -, reforça a prescrição de Borges. "O ambiente internacional tem um peso grande na nossa depreciação cambial. Eu diria que mais ou menos metade dela foi gerada por fatores internacionais. A outra metade, que também foi muito grande, tem a ver com os fatores domésticos", afirma.

Silvia Matos, também pesquisadora do FGV Ibre, pondera que alguns fatores até foram menos ruins a moedas emergentes no ano passado, por exemplo, não houve desvalorização de commodities e, no caso do Brasil, o diferencial de juros para os EUA aumentou. Ainda assim, o risco Brasil cresceu mais que o dos emergentes, já que fatores domésticos pesaram.

Independentemente de onde venha, a depreciação cambial gera "restrições severas para a política econômica brasileira, principalmente via pressão

inflacionária, que rebate na própria política monetária", afirma Borges.

"Pela primeira vez desde meados de 2015, momento é de consolidação fiscal" Luiz Schymura

Site:

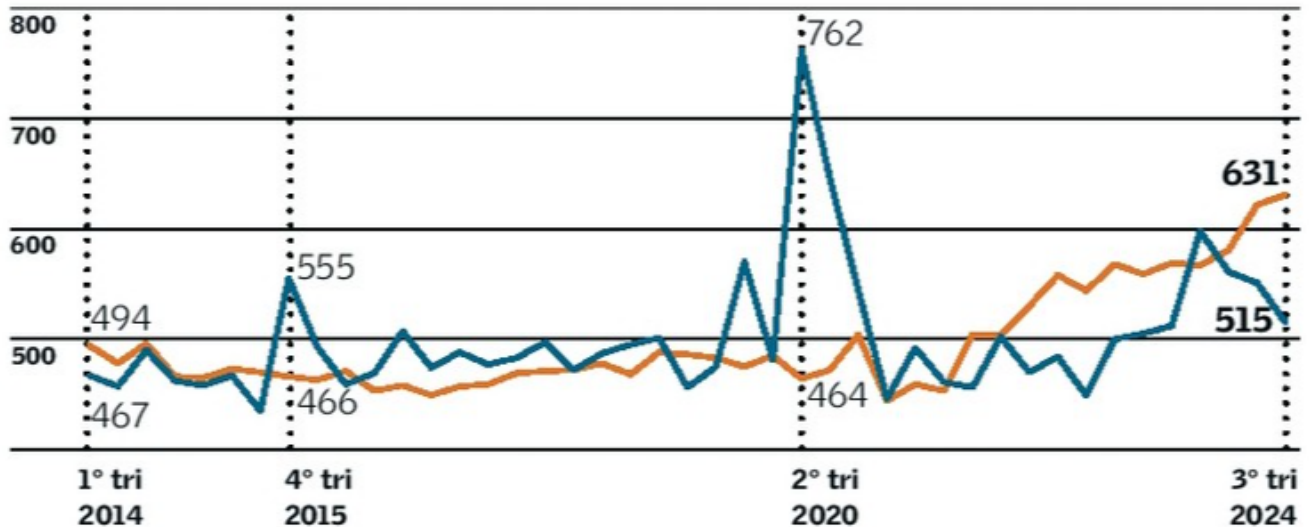
<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188102?page=1§ion=1>

Longe da consolidação

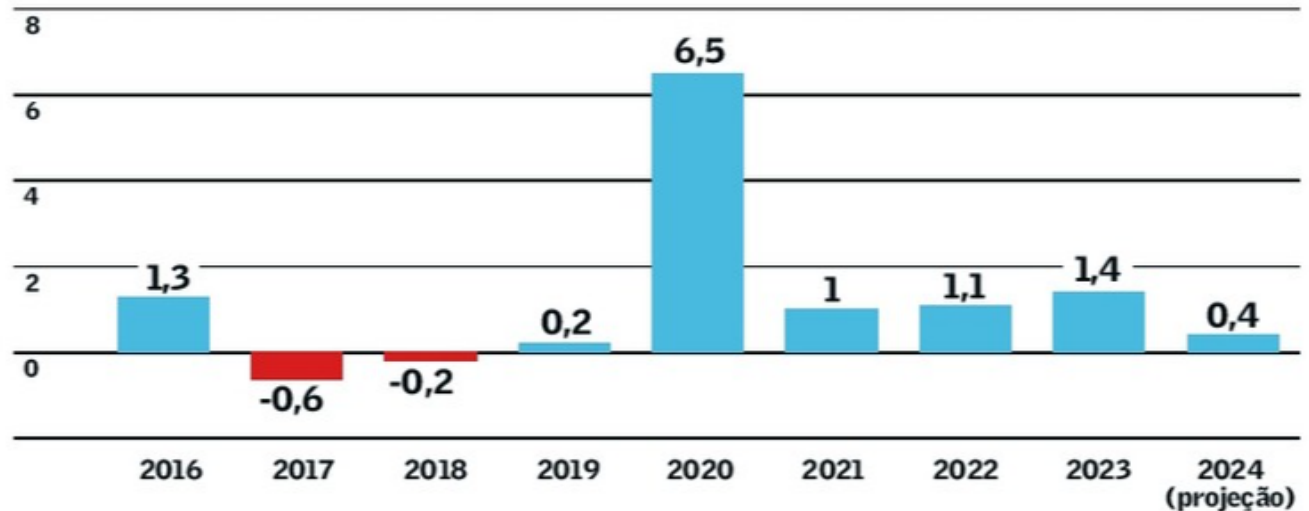
Gastos regionais adicionam desafio para equilíbrio fiscal no Brasil

Gastos primários no trimestre, com ajuste sazonal - em R\$ bi do 3º tri/24

● Direto do governo central* ● Dos governos regionais



Surpresa da despesa primária da União** - em % do PIB do ano anterior



Fonte: Bráulio Borges e LCA, com dados de IBGE, Prisma Fiscal e Tesouro Nacional. *exclui auxílios a Estados e municípios, Fundeb, FCDF, Lei Kandir e compensação de desoneração da folha. **valor efetivamente observado no ano "T" menos valor esperado pelo consenso dos analistas em dezembro de "T-1"